RAMIRO JANUÁRIO DOS SANTOS NETO

**Os imigrantes senegaleses na cidade de São Paulo: direitos humanos,
discriminação e legislação migratória pertinente.**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. Kabengele Munanga

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

RAMIRO JANUÁRIO DOS SANTOS NETO

**Os imigrantes senegaleses na cidade de São Paulo: direitos humanos,
discriminação e legislação migratória pertinente.**

Versão Original

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direitos Humanos, sob a orientação do Prof. Dr. Kabengele Munanga.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Neto, Ramiro Januário dos Santos

Os imigrantes senegaleses na cidade de São Paulo: direitos humanos, discriminação e legislação migratória pertinente/ Ramiro Januário dos Santos Neto; orientador Kabengele Munanga – São Paulo, 2017.

177

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Migração internacional. 2. Direitos Humanos. 3. Imigrantes senegaleses. 4. Imigração – São Paulo. I. Munanga, Kabengele, orient.
II. Título.

NETO, Ramiro Januário dos Santos. **Os imigrantes senegaleses na cidade de São Paulo:** direitos humanos, discriminação e legislação migratória pertinente. Dissertação de Mestrado apresentada à Comissão Examinadora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito. Área de Concentração: Direitos Humanos.

Data da aprovação:

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

*Ao meu avô Ramiro (in memoriam), migrante nordestino, que
vivenciou profundamente, nos Estados brasileiros por que passou,
as alegrias e os dissabores da vida errante.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Kabengele Munanga, pelos ensinamentos e por ter me guiado nesta iniciação acadêmica, a qual se vê corporificada na dissertação que agora entrego. Agradeço também por todo apoio prestado para que eu pudesse concluir, com rigor acadêmico, este trabalho.

À professora Deisy Ventura e ao professor Alysson Mascaro, membros da banca do Exame de Qualificação, pelas valiosas sugestões e orientações, as quais foram incorporadas na redação final desta dissertação.

À minha mãe, Terezinha, pelo apoio incondicional ao longo de todos esses anos dedicados à pós-graduação, incluindo o ano de 2013, no qual tomei a decisão de abrir meus horizontes e considerar a atuação na academia. Nos momentos em que eu mesmo não acreditava em minhas potencialidades, você acreditou e, agora, comemora comigo a conclusão de mais esta etapa.

À Ana Clara, meu amor e minha companheira, por me motivar a seguir os sonhos que povoam minha mente. Obrigado por estar presente nos momentos mais difíceis e nos dias de celebração das vitórias. As linhas deste trabalho têm um pouco de seu espírito e genialidade.

Aos amigos da Pós-Graduação da Faculdade de Direito da USP, os quais me ajudaram com ideias e sugestões em diversos momentos do Mestrado. A Tatiana Waldman, pelas longas conversas sobre meu projeto de pesquisa, no contexto do processo seletivo. A Danilo Ugler Corregliano, pelas primeiras dicas para prestar a prova de admissão. A Luiz Nogueira, colega de estudos ao longo dos últimos anos, por oferecer todo o apoio necessário para concluir esta dissertação.

Ao movimento negro brasileiro, difuso e descentralizado, mas altamente combativo, o qual lutou pelo estabelecimento das ações afirmativas no programa de Direitos Humanos da Pós-Graduação da Faculdade de Direito da USP, e, agora, no ano de 2017, também fez implantar as cotas raciais na Graduação desta quase bicentenária academia. A vocês, lutadores do povo negro, sou grato de todo o coração. Contem comigo!

*Say this city has ten million souls,
Some are living in mansions, some are living in holes:
Yet there's no place for us, my dear, yet there's no place for us.*

*Once we had a country and we thought it fair,
Look in the atlas and you'll find it there:
We cannot go there now, my dear, we cannot go there now.*

*In the village churchyard there grows an old yew,
Every spring it blossoms anew:
Old passports can't do that, my dear, old passports can't do that.*

*The consul banged the table and said,
"If you've got no passport you're officially dead":
But we are still alive, my dear, but we are still alive [...]*

*Came to a public meeting; the speaker got up and said;
"If we let them in, they will steal our daily bread":
He was talking of you and me, my dear, he was talking of you and me.*

*Thought I heard the thunder rumbling in the sky;
It was Hitler over Europe, saying, "They must die":
O we were in his mind, my dear, O we were in his mind*

*Saw a poodle in a jacket fastened with a pin,
Saw a door opened and a cat let in:
But they weren't German Jews, my dear, but they weren't German Jews [...]*

*Dreamed I saw a building with a thousand floors,
A thousand windows and a thousand doors:
Not one of them was ours, my dear, not one of them was ours.*

*Stood on a great plain in the falling snow;
Ten thousand soldiers marched to and fro:
Looking for you and me, my dear, looking for you and me.*

“Refugee Blues”, 1939, de W.H. Auden.

RESUMO

NETO, Ramiro Januário dos Santos. **Os imigrantes senegaleses na cidade de São Paulo: direitos humanos, discriminação e legislação migratória pertinente.** 2017. 177p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta pesquisa visa a apresentar os principais aspectos da recente imigração senegalesa para o Brasil. Para realizar esse trabalho, foram analisados os textos legais brasileiros que regem os fluxos migratórios dentro do país e foram estudados seu grau de complementaridade com o direito internacional dos direitos humanos. Ademais, verificou-se que a imigração senegalesa é singular, tendo em vista que é uma migração negra e procedente do continente africano. Quando se considera a história, no Brasil, dos 388 anos de escravidão negra e africana, essa singularidade ganha relevância, uma vez que os imigrantes senegaleses estão sujeitos ao desafio adicional de enfrentar o racismo e a discriminação racial. Este trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro apresenta definição de migração e analisa os condicionamentos socioeconômicos das migrações internacionais atuais. O segundo capítulo mostra o histórico do Senegal e aponta alguns dados sobre a sociedade senegalesa que podem explicar a emigração no país. O terceiro capítulo aponta os principais desafios da imigração senegalesa para o Brasil e para a cidade de São Paulo, entre os quais se destacam problemas de regularização migratória e de inserção no mercado de trabalho. O quarto capítulo oferece uma explicação teórica sobre raça, racismo e discriminação racial. Em seguida, examina como os imigrantes senegaleses lidam com a discriminação racial na cidade de São Paulo. O quinto capítulo apresenta a legislação pertinente à vida dos imigrantes no país. Ganha destaque, nesse capítulo, o projeto de uma nova lei de migração. Se este passar no Congresso nacional, a nova política migratória será fundamentada no entendimento de que migrar é um direito humano e terá, expressamente, um caráter de complementaridade com o direito internacional dos direitos humanos. Cabe ressaltar que, adicionalmente à pesquisa bibliográfica e ao estudo de fontes primárias, como leis e tratados, foram feitas entrevistas com imigrantes senegaleses na cidade de São Paulo, as quais subsidiaram a redação de quatro capítulos deste trabalho.

Palavras-chave: Migração internacional. Direitos humanos. Imigrantes senegaleses. Imigração em São Paulo.

ABSTRACT

NETO, Ramiro Januário dos Santos. **Senegalese immigrants in São Paulo city: human rights, discrimination and pertinent migration legislation.** 2017. 177p. Dissertation (Master's Degree) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This research has been aimed at presenting the main aspects of the recent Senegalese immigration to Brazil. To do so, Brazilian legal texts which rule migration flows inside the country have been analyzed and the level of complementarity between this legislation and international human rights law has been studied. In addition, one has verified that Senegalese immigration is unique, since it is a black and African migration. When the 388 years of black and African slavery in Brazil is taken into consideration, this uniqueness gains relevance for Senegalese immigrants have addressed an additional challenge, which has been the need to face racism and racial discrimination in the country. This work is divided into five chapters. The first chapter presents a definition of migration and analyses the social and economic conditionings of current international migrations. The second chapter shows Senegal's history and points out some data about Senegalese society which can explain emigration in this country. The third chapter points out the main challenges to Senegalese immigration to Brazil and to São Paulo city, such as problems about legalizing immigration status and entering the job market. The fourth chapter offers a theoretical explanation about race, racism and racial discrimination. Then, it examines how Senegalese immigrants have dealt with racial discrimination in São Paulo city. The fifth chapter presents the legislation that is related to immigrants' lives in Brazil. In this chapter, a new migration policy bill is highlighted. If it passes in Brazilian Congress, the new migration policy will be based on the understanding that migration is a human right and will expressly be complementary to international human rights law. In addition to bibliographic research and to primary source study, such as the examination of laws and treaties, interviews with Senegalese immigrants were held in São Paulo city, which supported the arguments defended in four chapters of this work.

Keywords: International migration. Human rights. Senegalese immigrants. Immigration in São Paulo.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
 CAPÍTULO 1 QUAL A REALIDADE SOCIOECONÔMICA EM QUE SE INSEREM AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS ATUAIS?	 19
1.1. Realidade socioeconômica atual e fluxos migratórios.....	19
<i>1.1.1. O fenômeno migratório</i>	<i>19</i>
<i>1.1.2. A teoria marxista como instrumento para a compreensão da realidade socioeconômica</i>	<i>20</i>
<i>1.1.3 Sistema capitalista de produção e seus modos de desenvolvimento</i>	<i>22</i>
<i>1.1.4 Fluxos migratórios no mundo pós-fordista</i>	<i>27</i>
 CAPÍTULO 2 DO SENEGAL	 34
2.1. Histórico	36
<i>2.1.1 Histórico do território do Senegal até o ano de 1960.....</i>	<i>36</i>
<i>2.1.2 O Estado-nação do Senegal</i>	<i>42</i>
2.2 Características socioeconômicas do Senegal atual.	47
2.3. Qual a visão dos imigrantes senegaleses sobre seu país de origem?	52
 CAPÍTULO 3 A IMIGRAÇÃO SENEGALESA PARA A CIDADE DE SÃO PAULO	 56
3.1 Os fatores que motivam a imigração senegalesa para o Brasil.....	56
3.2 Entrada dos imigrantes senegaleses no Brasil	61
<i>3.2.1. Da entrada no território brasileiro</i>	<i>61</i>
<i>3.2.2 Do pedido de refúgio e da solicitação de autorização permanente de trabalho</i>	<i>66</i>
3.3. A comunidade senegalesa em São Paulo	70
3.4 Sobre o trabalho exercido pelos senegaleses em São Paulo.....	73
<i>3.4.1 Imigrantes senegaleses no mercado de trabalho formal.....</i>	<i>73</i>
<i>3.4.2 Imigrantes senegaleses: informalidade laboral como estratégia de sobrevivência</i>	<i>77</i>
3.5 Dificuldades enfrentadas pelos imigrantes senegaleses na cidade de São Paulo	80

CAPÍTULO 4 DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL E DO PRECONCEITO RACIAL POR MOTIVO DE RAÇA E ORIGEM NACIONAL CONTRA IMIGRANTES SENEGALESES.....	85
4.1 A utilização dos termos raça e racismo	86
4.1.1 <i>Raça</i>	86
4.1.2 <i>Racismo</i>	91
4.1.2.1 Racismo em sentido estrito	92
4.1.2.2 Racismo derivado	93
4.2 Discriminação racial e preconceito racial no Direito Internacional do Direitos Humanos e na legislação brasileira	95
4.2.1 <i>Discriminação racial na Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965</i>	95
4.2.2 <i>Da discriminação racial fundada em origem nacional</i>	100
4.2.3 <i>Discriminação racial e preconceito racial na Constituição Federal brasileira e na legislação infraconstitucional</i>	101
4.2.3.1 Tratamento da xenofobia pela legislação brasileira.....	109
4.3 Das discriminações vivenciadas pelos imigrantes senegaleses.	110
 CAPÍTULO 5 RESPOSTAS DO DIREITO BRASILEIRO PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DOS IMIGRANTES SENEGALESES	119
5.1 Sugestões dos imigrantes senegaleses para aperfeiçoar a proteção de seus direitos	119
5.2. Uma nova lei de migração: o Projeto de Lei 2.516/2015.....	120
5.3 Das anistias concedidas aos imigrantes em situação irregular no Brasil	129
5.4 Política municipal para a população imigrante em São Paulo: Lei Municipal 16.478/2016 e Decreto Municipal 57.533/2016	133
5.4.1 <i>Trabalho informal exercido por imigrantes senegaleses na cidade de São Paulo e legislação pertinente</i>	138
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	154
APÊNDICES	168
ANEXOS.....	176

LISTA DE ABREVIATURAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

BM – Banco Mundial

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CERD – Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas

CF – Constituição Federal

CNIg – Conselho Nacional de Imigração

CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

FMI – Fundo Monetário Internacional

GCM – Guarda Civil Metropolitana

ICERD – Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ISS – Imposto sobre o Serviço de Qualquer Natureza

MEI – Microempresário Individual

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SDTE – Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TPU – Termo de Permissão e Uso

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa a analisar a recente imigração senegalesa para a cidade de São Paulo e sua interface com três temas subjacentes: direitos humanos e migração, discriminação racial contra imigrantes negros e legislação brasileira aplicável aos migrantes.

Inicialmente, cabe destacar que a quantidade de imigrantes senegaleses presentes no território brasileiro não é expressiva, perfazendo menos de 7.000 pessoas. No entanto, esses imigrantes estiveram entre aqueles que mais adentraram no território desde 2011. Em termos de fluxo migratório ¹, esse número é significativo, colocando-os em evidência na mídia e chamando a atenção dos moradores nas cidades brasileiras para onde se dirigem ².

Na quase totalidade dos casos, os imigrantes senegaleses entram no território nacional com grandes dificuldades de comunicação, tendo em vista a falta de domínio da língua portuguesa e, inclusive, da francesa, a qual não é tão difundida no território senegalês como se crê. Soma-se a essa primeira dificuldade, a situação de pauperização em que esses imigrantes se encontram quando chegam ao Brasil. De fato, a maioria dos novos migrantes senegaleses é pobre em seu país de origem e gasta praticamente todas as suas economias para cruzar o Oceano Atlântico. O resultado é a falta de condições financeiras para se alimentar, abrigar e vestir.

Um outro ponto consiste na dificuldade de inserção do imigrante recém-chegado na comunidade local e no mercado de trabalho. Na condição de negros e senegaleses, esses imigrantes têm de enfrentar outros tipos de desafios não colocados para imigrantes brancos e procedentes de países de outros continentes. A xenofobia praticada contra eles e o racismo sofrido, ou presenciado, torna a sua imigração singular, o que merece análise mais detida.

¹ O número de pessoas que migram dentro de um específico espaço de tempo é conhecido como fluxo migratório. O termo estoque migratório, por sua vez, se refere ao número total de pessoas nascidas em um país que não aquele em que estão residindo (AAG CENTER FOR GLOBAL GEOGRAPHY EDUCATION, 2010)

² Títulos de matérias sobre os senegaleses mostram a atenção que o fluxo migratório despertou na sociedade brasileira nos últimos anos. Entre esses títulos destacam-se: "senegaleses: está é a nova cara da imigração no Brasil" (THE HUFFINGTON POST, 2015), "senegaleses formam nova onda de imigrantes no Brasil" (EXAME, 2015) e "senegaleses chegam ao Brasil em busca de refúgio no país" (G1, 2014).

Ao longo de cinco capítulos, todos esses aspectos da imigração senegalesa recente são examinados. No capítulo 1, apresenta-se o quadro teórico por meio do qual interpretar o fenômeno migratório. Duas são as preocupações desse capítulo: explicar o que é o fenômeno da migração e analisar quais as condições sociais, históricas e econômicas que conformam as características do fenômeno migratório. De fato, a migração é mais resultado do que causa das transformações no contexto socioeconômico. Por exemplo, apesar de as migrações serem consideradas as principais responsáveis pela recente onda xenofóbica e nacionalista em muitos países do globo, há que se verificar que é a economia globalizada e a cadeia produtiva descentralizada (o que envolve dividir as etapas da produção em diversos países) que têm, preponderantemente, o condão de moldar as políticas públicas e os fluxos migratórios. Ao fim do capítulo, apresentam-se alguns dados atuais sobre os números de imigrantes, refugiados e deslocados internos, bem como mostram-se os principais corredores migratórios ³.

O capítulo 2 descreve as principais características do Senegal e de seus nacionais. Inicialmente, apresenta-se uma breve síntese sobre a história do território senegalês até sua independência da França em 1960. Após, analisam-se os principais acontecimentos políticos e econômicos do Estado-nação do Senegal até a presidência atual de Macky Sall. Finaliza-se o capítulo com a apresentação dos principais indicadores econômicos e sociais do país, os quais servem para identificar possíveis causas para a emigração dos senegaleses.

O capítulo 3 verifica os principais aspectos da imigração senegalesa para o Brasil e para a cidade de São Paulo. A discussão presente no capítulo envolve duas dimensões: uma jurídica e outra econômica. A dimensão jurídica abarca a legislação que autoriza a entrada de imigrantes no Brasil e a que regulariza sua permanência. No caso dos imigrantes senegaleses, estes enfrentam grandes dificuldades para atender aos requisitos de entrada e de permanência no território como previsto no Estatuto do Estrangeiro. A dimensão econômica envolve a inserção desses imigrantes no mercado de trabalho, a qual se relaciona, inexoravelmente, com a dimensão jurídica, uma vez que é o trabalho exercido com carteira de trabalho assinada que permite a regularização do imigrante no território.

³ Um corredor migratório compreende o país de origem de um migrante, o país a que este se destina e o número do fluxo de imigrantes que fazem o deslocamento do país de origem para o país de destino. Por exemplo, o corredor México-Estados Unidos é o que apresenta o maior fluxo migratório na atualidade.

O capítulo 4 analisa a relação entre migração, direitos humanos e discriminação racial. A discussão é oportuna, pois a migração senegalesa comporta um diferencial com relação a outros tipos: ela é uma migração negra e procedente de um país africano. Essa situação coloca o problema da discriminação racial como um aspecto essencial da imigração senegalesa, e africana de modo geral, para o Brasil. Nesse capítulo, é apresentado o conceito de raça e racismo, bem como a sua definição no direito internacional dos direitos humanos. Em seguida verifica-se a definição e o tratamento dado pela legislação brasileira à prática da discriminação racial. A questão tem tratamento constitucional e infraconstitucional, por meio da lei 7.716/1989, que define o crime de racismo e as penas aplicáveis. Por fim, por meio das entrevistas com os imigrantes senegaleses, verifica-se de que forma o racismo e a discriminação racial estão presentes em seu cotidiano.

O capítulo 5 apresenta a legislação migratória pertinente à imigração senegalesa. Tendo em vista os problemas e desafios relatados pelos senegaleses na cidade de São Paulo, analisa-se como as dimensões do incentivo à regularização migratória, da promoção dos direitos humanos e da garantia do direito social ao trabalho balizam o exercício e o respeito aos direitos desses imigrantes. O capítulo inicia-se com as sugestões dadas pelos próprios senegaleses para aperfeiçoar a proteção de seus direitos. Nessas propostas, sobressaem a necessidade de promover uma regularização tempestiva de sua situação migratória e de divulgar o funcionamento do sistema jurídico brasileiro. Em seguida, analisam-se os principais aspectos do Projeto de Lei 2516/2015, que estatui uma nova lei de migração em substituição ao atual Estatuto do Estrangeiro. Nesse estudo sobre a nova lei, os aspectos do texto legal considerados foram aqueles que se relacionam com o direito internacional dos direitos humanos.

Aproveita-se, ainda, a discussão sobre uma nova lei de migração para mostrar o desenvolvimento das leis de anistia no Brasil e como se está configurando uma nova possibilidade de anistia aos migrantes residentes no território a partir do PL 2516/2015. De forma complementar, é analisada a Política Municipal para a População Imigrante em São Paulo, a qual consegue, com um maior grau de especificidade, enunciar os direitos dos imigrantes que se encontram na cidade de São Paulo. Após, analisa-se a legislação que rege o trabalho informal na cidade de São Paulo, notadamente o comércio ambulante de rua, que é uma das principais atividades escolhidas pelos migrantes senegaleses.

Por fim, cabe destacar que a análise desse conjunto de legislações possui um liame, que consiste na identificação, em cada uma delas, de como a lei brasileira procura respeitar e promover os direitos humanos dos imigrantes no Brasil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para subsidiar a redação dos capítulos de 2 a 5, foram realizadas entrevistas com dez imigrantes senegaleses residentes na cidade de São Paulo, em fevereiro de 2016. Foram entrevistados imigrantes com idades que variavam de 27 a 56 anos, e com tempo de permanência no Brasil que ia de sete meses a nove anos.

No APÊNDICE B, é possível visualizar os principais dados dos entrevistados, como idade, cidade de origem no Senegal, tempo de residência no Brasil, profissão e situação migratória. Sobressai-se, na análise do referido apêndice, a constatação de que 7 dos entrevistados têm menos de 40 anos e que essa mesma quantidade de imigrantes está a menos de 4 anos no Brasil.

Apesar de o universo dos entrevistados representar uma pequena amostra do total de imigrantes senegaleses no Brasil, os quais totalizavam 6.356 pessoas em agosto de 2016, ele nos dá indicativos de como ocorre a recente imigração senegalesa para São Paulo.

Não se buscou escolher um perfil de imigrante senegalês, antes foram feitos convites para a entrevista a todos os imigrantes que se encontravam em duas localidades: em mesquita localizada na rua Guaianases, Santa Ifigênia, no dia 07 de fevereiro de 2016, e nas imediações da Praça da República, nos dias 08 e 09 de fevereiro de 2017. Aqueles imigrantes que aceitaram o convite nesses dois dias acabaram por compor o universo de entrevistados, e os principais dados desses imigrantes acabaram por confirmar algumas tendências sobre a recente imigração senegalesa veiculadas pela imprensa brasileira.

As entrevistas foram realizadas seguindo a técnica de entrevistas semiestruturadas, conforme definidas por Colognese & Melo (1998) e Antônio Carlos Gil (2012). Em uma tentativa de definição, pode-se dizer que a entrevista semiestruturada é aquela que se vale de questionamentos previamente elaborados, os quais, no entanto, podem ser complementados ou alterados de acordo com a intervenção do entrevistador ou com a dinâmica das respostas oferecidas pelos entrevistados. De caráter qualitativo, a entrevista semiestruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade”, mantendo a presença consciente do pesquisador no processo de coleta de dados (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

O modo de operacionalizar a entrevista semiestruturada se dá por meio da confecção de roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. Dessa forma, segundo Manzini (2003), o roteiro permitiria não apenas a coleta de informações básicas, mas também organizar o processo de interação com o informante. O roteiro utilizado nesta pesquisa (APÊNDICE A) sofreu alterações conforme o desenvolvimento do diálogo com os entrevistados, tendo sido mantida, no entanto, a ideia geral motivadora das perguntas originais.

Ressalte-se que todas as entrevistas tiveram áudios gravados, os quais foram transformados em relatórios com a transcrição das falas. Os dez arquivos de áudio totalizaram 3 horas e 23 minutos, fora os dois arquivos de áudio advindos de entrevistas com a Vereadora Denise Pessoa, do Partido dos Trabalhadores (PT) de Caxias do Sul, e com a Assistente Social Vanessa Perini, do Centro de Acolhida do Migrante de Caxias do Sul. Essas duas últimas entrevistas serviram para fornecer uma visão do poder público e de entidades da sociedade civil sobre o fenômeno da migração senegalesa para o Brasil, totalizando 1 hora e 23 minutos de material auditivo.

Cabe destacar que a utilização de trechos das entrevistas na elaboração desta dissertação foi livremente consentida por cada um dos entrevistados e das entrevistadas. Por fim, optou-se pela utilização de nomes fictícios para os imigrantes entrevistados.

Após a sistematização das entrevistas, as informações e dados colhidos em campo serviram de base para revisão da bibliografia e para a construção da dissertação.

Para o capítulo 2, as respostas dadas às perguntas 3 e 4 do APÊNDICE A subsidiaram a construção de um panorama sobre o que é o Senegal, qual a sua história e qual é seu contexto político-econômico atual. O conhecimento subjetivo dos imigrantes sobre seu país de origem e sobre o seu entendimento do conceito de “nacional senegalês” serviu para fornecer um quadro mais amplo do que aquele simplesmente descritivo e bibliográfico sobre o país.

Para o capítulo 3, foram utilizadas as repostas às perguntas 10, 11 e 12 do APÊNDICE A para traçar um quadro sobre o cotidiano dos imigrantes senegaleses no Brasil e em São Paulo. Por meio de perguntas sobre profissão, impressões sobre a vida no Brasil e situação migratória, foi possível identificar os principais desafios que envolvem a inserção do imigrante senegalês na sociedade brasileira.

No capítulo 4, foram utilizadas as repostas às perguntas 7, 8 e 9 do APÊNDICE A, que versam sobre as percepções dos imigrantes sobre racismo, xenofobia e questão racial no Brasil. Apesar de os entrevistados apresentarem distintos níveis de conhecimento teórico sobre a questão racial, suas experiências possibilitaram uma revisão da bibliografia sobre o tema do racismo e da xenofobia, uma vez que seus relatos corroboraram (ou refutaram) as explicações teóricas sobre racismo.

Para o capítulo 5, foram utilizadas as repostas à pergunta 13 do APÊNDICE A, que apresentam as sugestões dos imigrantes para melhorar a promoção de seus direitos no Brasil. Levando em consideração suas sugestões e críticas com relação às leis brasileiras e a seus aplicadores (poder Executivo e Judiciário), procedeu-se com a análise da legislação existente sobre migração e sua relação com o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os capítulos dessa dissertação compõem um grande mosaico, o qual retrata as variadas faces da imigração senegalesa para o Brasil, e especificamente para São Paulo. Em cada um dos polígonos desse mosaico, ou capítulos, foram elaboradas análises sobre os temas tratados: entrada no território e regularização migratória, mercado de trabalho, discriminação e promoção dos direitos humanos via aplicação da legislação migratória brasileira.

A título de considerações finais, algumas conclusões podem ser feitas, tendo em conta a totalidade do trabalho apresentado e a reflexão que ele proporciona.

A primeira constatação é a de que, apesar de definir-se a migração como um direito humano, conforme o art. 13, da DUDH, a regulação dos fluxos migratórios no país de destino é feita precipuamente pelo direito interno. Claro que existe um diálogo entre os ordenamentos jurídicos nacional e internacional, no entanto as normas internacionais sobre migração ou não comprometem, por tratado, um grande número de Estados (caso da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, de 1990, com apenas 38 ratificações), ou não tem obrigatoriedade, como é o caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Essa situação faz que os ordenamentos jurídicos dos Estados regulem, com maior discricionariedade, os fluxos migratórios, sem necessariamente incorrer em afronta ao direito internacional dos direitos humanos, uma vez que não há normas internacionais específicas sobre migração que vinculem todos os Estados.

Nesse contexto, outros tipos de direitos humanos, como a igualdade de todos perante a lei, o repúdio ao racismo e à xenofobia e a garantia de direitos sociais (como o trabalho) são invocados para balizar o tratamento conferido pelos Estados aos migrantes. Nota-se, por exemplo, que entre os princípios que podem reger uma nova lei de migração no Brasil está a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos, o que demonstra o recurso a direitos humanos *lato senso*, para fundamentar as políticas migratórias.

No Brasil, quando da conclusão desta dissertação, estava pendente de sanção presidencial o Projeto de Lei 2.516/2015. Por esse projeto, os direitos humanos *lato senso*

são tomados como princípios da nova política migratória brasileira. Por um lado, essa fundamentação é positiva, pois faz que a política migratória se enquadre nos marcos delimitados pelos principais tratados de direitos humanos, não podendo conter dispositivos contrários a eles. Ademais, essa fundamentação está em consonância com o §2º, art. 5º, da CF, que prevê a aplicação, no ordenamento jurídico interno, de direitos e garantias previstos em tratados ratificados pelo Brasil. Inclusive, a promoção dos direitos dos migrantes por via judicial ganha reforço com a nova lei, ao poder-se reivindicar o cumprimento de seus direitos básicos utilizando esse novo diploma legislativo, que dialoga diretamente com os tratados de direitos humanos ratificados pelo Brasil, conforme se depreende do art. 3º, XVIII, e art. 4º, §1º, ambos do Projeto de Lei 2.516/2015. Segundo o art. 4º, §1º:

Art. 4º. [...]

§1º. Os direitos e as garantias previstos nesta Lei serão exercidos em observância ao disposto na Constituição Federal, independentemente da situação migratória, observado o disposto no § 4º deste artigo, e não excluem outros decorrentes de convenções, tratados e acordos internacionais de que o Brasil seja parte.

Não há nada parecido no atual Estatuto do Estrangeiro, o qual parece hermético à ordem jurídica internacional, ao estabelecer, por exemplo, preferências na admissão de imigrantes, em flagrante contraposição ao art. 26 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, que estabelece que “todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito, sem discriminação alguma, a igual proteção da lei”.

A preferência estabelecida no Estatuto do Estrangeiro, em seu artigo 16, reflete-se na política de concessão de vistos. Grosso modo, são conferidos vistos para residência permanente ou temporária àqueles que possuem contrato de trabalho previamente estabelecido com empresas brasileiras, aos investidores e aos aposentados ou pensionistas que tragam para o país o recebimento de seus proventos. A lógica dessa política de vistos está centrada nas necessidades do sistema produtivo em território brasileiro, em especial das indústrias transnacionais e nacionais. Ficou determinado que são suas necessidades de mão de obra especializada, a qual possa agregar conhecimento e propiciar transferência de tecnologia, que orientarão a política migratória, sem maiores considerações sobre a dinâmica maior das migrações internacionais.

De fato, o art. 16, parágrafo único, da Lei 6.815/1980, desconsidera que os fluxos migratórios, apesar de serem condicionados pelas economias dos países de origem e destino, não dependem das preferências do setor produtivo do país de destino para existir. Eles simplesmente ocorrem, impulsionados pela decisão última do indivíduo de migrar. Uma vez no território do país de destino, o migrante, documentado ou indocumentado, é sujeito de direito com as mesmas prerrogativas das pessoas residentes no território. Dessa forma, não há que se falar em preferência por um tipo de migrante que seja interessante para adentrar ao país, uma vez que essa opção replica, juridicamente, as desigualdades materiais que existem entre os migrantes qualificados e não qualificados.

Nesse cenário, os migrantes não qualificados, por não se encaixarem nas preferências estabelecidas pela lei, e por não terem condições de obterem visto ao não cumprirem as exigências consulares, acabam se tornando ilegais quando chegam ao território brasileiro. Ocorre, assim, o aprofundamento da desigualdade social e econômica entre os imigrantes presentes no país. A desigualdade, assim, também é jurídica, uma vez que opõe imigrantes documentados, com Visto Permanente ou Temporário, e imigrantes indocumentados.

Os imigrantes senegaleses, em sua grande maioria, se encaixariam nessa segunda categoria de imigrantes, no entanto recorrem a “paliativo” jurídico que regulariza, temporariamente, sua situação migratória: a solicitação formal de refúgio, a qual permite a estadia no país enquanto durar o processo junto ao CONARE. A utilização desse tipo de estratégia torna flagrante os efeitos deletérios da atual política migratória sobre uma grande parcela de imigrantes que não possuem qualificação ou educação formal adequada.

Não raro, esses imigrantes dependem, para regularizar sua situação, de decisões administrativas do CNIg e de periódicas leis de anistia, que convalidam a entrada irregular. Desse modo, verifica-se o caráter precário das soluções dadas para a migração no Brasil, a qual dependem, em último caso, da discricionariedade de decretos da administração pública.

Apesar de o projeto de nova lei de migração não propor solução para o problema estrutural da desigualdade concreta entre migrantes qualificados e não qualificados, ele avança ao não estabelecer, formalmente, a preferência por determinado grupo de imigrantes, e ao não condicionar a imigração aos imperativos do desenvolvimento econômico. Não que a economia tenha perdido sua centralidade no momento de influenciar

o indivíduo a migrar. Muito pelo contrário. Com a produção de mercadorias e o oferecimento de serviços ocorrendo de forma transnacionalizada, a economia tem um alto grau de influência sobre os mais distintos fluxos migratórios em todas as regiões do globo.

O fato de o Projeto de Lei 2.516/2015 não condicionar a migração a nenhum imperativo pode ser visto como um reconhecimento tácito de que migrar é um direito humano, conforme estabelecido no art. 13 da DUDH. É em meio a essas mudanças na legislação migratória que os senegaleses enfrentam os múltiplos desafios à sua inserção profissional e social na cidade de São Paulo.

As entrevistas demonstraram graus de conhecimento variados dos migrantes sobre muitos dos problemas estruturais enfrentados por eles, tais como regularização migratória, discriminação racial e inserção no mercado de trabalho. No entanto, as vivências desses desafios, relatadas nas entrevistas, permitiram que esta dissertação conferisse a apropriada atenção aos principais aspectos que caracterizam a migração senegalesa para o Brasil, o que, ademais, permitiu identificar a legislação pátria que perpassa a promoção e proteção de direitos dessas pessoas.

Com relação à inserção no mercado de trabalho, os imigrantes senegaleses estão em desvantagem e veem sua permanência no território sempre em risco em decorrência da necessidade de que tenham carteira de trabalho assinada para sanar eventual entrada irregular no país, algo cada vez mais difícil de conseguir no atual contexto de crise econômica. Não se prevê, na nova lei de migração, mudanças quanto aos destinatários da concessão de vistos no país, de forma a incluir o migrante não qualificado nesse rol. Dessa forma, a estratégia para esse grupo de migrantes continua sendo a de conseguir Visto Permanente por meio da obtenção de um trabalho formal.

A quase totalidade dos senegaleses que entraram no país, a partir de 2013, solicitaram o pedido de refúgio e possuem autorização temporária para continuar no Brasil. No presente ano de 2017, é razoável supor que boa parte deles terá uma resposta do CONARE. Como a maioria deles, conforme analisado, não se enquadra na categoria de refugiado, sua situação migratória passará a ser de imigrante ilegal, o que daria ensejo a sua deportação.

Nesse cenário, existem quatro desfechos possíveis no que se relaciona a permanência desses imigrantes no país.

O primeiro seria, após o recebimento do parecer negativo do CONARE, continuar no território brasileiro na condição de imigrante ilegal. A CTPS e o CPF emitidos por conta da abertura do processo de pedido de refúgio teriam, em tese, de ser devolvidos, o que deixaria os imigrantes senegaleses no pior dos cenários. De fato, as únicas possibilidades de trabalho estariam na informalidade, e pairaria sobre todos eles a possibilidade de sofrerem processo de deportação assim que fossem abordados pelas autoridades.

O segundo desfecho seria o retorno para o país de origem ou a mudança para terceiros países. Enquanto o retorno para o Senegal seria menos desejável, tendo em vista que a situação socioeconômica no país permanece relativamente igual à de quando os imigrantes saíram de lá, a mudança para terceiros países é fenômeno que já ocorre. Muitos senegaleses, mesmo com a autorização temporária de permanência no Brasil em vigor, mudam-se para países vizinhos, como a Argentina, a fim de aumentar seu leque de oportunidades de trabalho. Em não conseguindo algum posto de trabalho, acabam retornando para o Brasil. Dessa forma, vislumbra-se a possibilidade de que os senegaleses, caso sejam confrontados com um processo de deportação ou com a falta aguda de oportunidades de trabalho, migrem para outros países, em especial para os sul-americanos.

O terceiro desfecho seria a concessão de autorização de trabalho pelo CNIg, por meio da qual o migrante obteria o Visto Permanente. Essa solução ocorre com base em resolução administrativa desse conselho, a Resolução Normativa nº 27/03, o que lhe confere um caráter precário, tendo em vista a possibilidade de revogação dessa resolução, bem como a generalidade de seu conteúdo. Há grande dificuldade para que os imigrantes tentem essa via isoladamente, uma vez que, em 2016, a orientação do CNIg era a de não conceder vistos para senegaleses com base na Resolução Normativa nº 27. Nesse contexto, pedidos coletivos de concessão de autorização de trabalho têm sido o melhor caminho, uma vez que pressionam, politicamente, os conselheiros do CNIg a decidirem, favoravelmente os casos envolvendo senegaleses. Assim, caso grande contingente desses imigrantes fique em situação irregular no país, a melhor solução é apresentar um pedido junto ao CNIg, com auxílio da Defensoria Pública da União, se for caso, a fim de que sua situação de pauperização não lhe prejudique o acesso ao direito social ao trabalho.

A edição de nova resolução normativa do CNIg voltada especificamente ao trabalhador migrante não qualificado poderia ser também uma solução jurídica para

permitir a permanência, em território brasileiro, de todos aqueles imigrantes que não conseguiram um Visto Permanente ou Temporário antes de entrar no Brasil. Resolução nesse sentido poderia conceder autorização de trabalho por tempo determinado, com direito a prorrogação por igual período, a fim de permitir que o migrante tenha tempo hábil para conseguir uma profissão ou se qualificar profissionalmente, com vistas a conseguir um posto de trabalho. Esse tipo de resolução normativa é bem-vinda em contexto em que a nova lei de imigração não toca no assunto de como melhor inserir os migrantes pobres e não qualificados na sociedade brasileira.

O quarto desfecho é a concessão de anistia a todos os imigrantes que, tendo ingressado no território nacional até 6 de julho de 2016, a requeiram no prazo de um ano após o início da vigência da eventual nova lei de migração. Como debatido no quinto capítulo, a anistia por si não promove uma regularização universal e automática. Faz-se necessário seguir alguns procedimentos administrativos e satisfazer algumas exigências legais, as quais constarão, segundo o Projeto de Lei 2.516/2015, de um Plano de Regularização Migratória.

Com base nas leis de anistia passadas, verificou-se o parco alcance dessas leis, as quais não foram suficientemente divulgadas. Na eventualidade de haver nova anistia, eventual falha em sua publicização, que se constituiu em grande erro no passado, não pode se repetir, uma vez que se vive um momento histórico de comunicação rápida, potencializada pela Internet, o que facilitaria o acesso à informação sobre o novo Plano de Regularização Migratória, bem como facilitaria o trabalho burocrático de cadastramento dos beneficiários.

Por fim, algumas considerações sobre o tema da discriminação racial são necessárias. A discriminação racial por motivo de raça ou origem nacional está presente no cotidiano dos imigrantes, inclusive dos senegaleses, no entanto os casos denunciados por eles às autoridades públicas é pequeno se comparado com o universo de denúncias baseadas na Lei 7.716/1989 e no art. 140, §3º, do CP. Entre 2012 e 2016, apenas três senegaleses denunciaram ter sofrido discriminação racial, alegando os motivos de raça e origem nacional. De 2011 a 2016, apenas dois senegaleses fizeram Boletim de Ocorrência com base no art. 140, §3º, do CP, em um universo de 9.976 denúncias com base no mesmo artigo.

Os motivos para a baixa denúncia de Senegaleses podem ter diversas explicações, e, com base nas entrevistas, podem-se aventar algumas. Inicialmente, tem-se a questão de se a pessoa entende estar sofrendo injúria ou discriminação racial quando é confrontada com palavras e atos desse tipo. Para muitos, ouvir enunciados racistas seria apenas uma forma de intolerância, mas não uma injúria baseada na raça. Dessa forma, situações racistas são tratadas por aqueles que a sofrem fora de um quadro interpretativo que leve a classificá-las como racismo. Awa, uma das entrevistadas, está entre os imigrantes que entendem não existir racismo no Brasil, mas apenas intolerância.

Outras pessoas, como a entrevistada Fatou, negam a existência do racismo no Brasil. Como argumentos para negar essa existência, citou ter presenciado racismo de negros contra negros, bem como relatou ter muita afeição pelos negros da Bahia, preferência que classifica como racismo. Awa também cita o racismo de negros contra negros no Brasil, para dizer que o país não tem problemas de racismo.

Pelas duas falas, é possível apreender que o racismo praticado por pessoas de mesma cor que a vítima constitui elemento novo para essas migrantes, acostumadas com outros tipos de relações raciais em seu país de origem. Isso mostra o quanto os próprios conceitos de raça e racismo são fluídos, uma vez que estes sofrem as influências de relações sociais específicas e da história de determinado país. Por exemplo, ser negro e sofrer racismo nos Estados Unidos têm um sentido histórico e sociológico diferente do sentido que teria no Brasil.

Não é de causar surpresa que as imigrantes senegalesas estranhem o fato de que negros são racistas contra outros negros no Brasil, algo talvez impensável entre negros no Senegal.

Uma terceira explicação para a baixa denúncia de racismo às autoridades seria a falta de conhecimento dos dispositivos legais que promovem os direitos da população negra no Brasil associada a uma falta de clareza quanto ao significado dos termos injúria racial e discriminação racial.

Por fim, uma quarta explicação seria a convicção de que a denúncia aos órgãos públicos pode não ser efetiva. No entanto, a análise dos dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo mostra que essa percepção estaria de certa maneira

equivocada, pois há uma constante procura de pessoas à Polícia Civil, pelo menos no Estado de São Paulo, para denunciar crimes de discriminação racial e de injúria racial.

Apesar de poucas, as denúncias feitas por imigrantes senegaleses, e por outros imigrantes negros, mostram que o arcabouço jurídico interno de combate ao racismo se estende à população migrante e promove os direitos humanos desse grupo. Nesse sentido, cabe destacar que tanto a CF quanto a Lei 7.716/1989 estão em consonância com a definição de discriminação racial presente na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965. Esse fato mostra a complementariedade entre o ordenamento jurídico interno e o internacional na conformação do quadro interpretativo à disposição do Judiciário e do poder público para identificar possíveis situações de discriminação racial, fazê-las cessar, puni-las e reparar seus danos.

O alto afluxo de imigrantes senegaleses para o Brasil, nos últimos anos, foi motivado pela fama do país como acolhedor e pelas notícias de sua pujança econômica, que rapidamente cessou na segunda década do século XXI. Atualmente, já com uma comunidade de cerca de 7.000 pessoas dentro do país, a qual conhece os ordálios do cotidiano brasileiro, cabe acompanhar como se configurará o fluxo migratório futuro de senegaleses para o país. Haverá uma diminuição desse número de pessoas? Aqueles que já estão no Brasil aqui permanecerão e trarão suas famílias, as quais os esperam do outro lado do Atlântico?

Independentemente dos aspectos vindouros que a imigração senegalesa venha a tomar daqui para frente, espera-se que o ordenamento jurídico brasileiro esteja apto, cada vez mais, a regular as relações e a promover os direitos de todos aqueles homens e mulheres que se aventuram a sair de sua pátria para conquistar seu sustento e sua felicidade em terras conhecidas apenas em sua imaginação. Que o Brasil de amanhã possa concretizar os sonhos que todos os imigrantes têm ao pisar em uma nova terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAG CENTER FOR GLOBAL GEOGRAPHY EDUCATION. **Migrant flow and stock**. 22 set. 2010. Disponível em: <http://cgge.aag.org/Migration1e/CaseStudy2_AsiaLatinos_Jan10/CaseStudy2_AsiaLatinos_Jan102.html>. Acesso em 16 abr. 2017.
- ABDOU. Entrevista concedida por **Abdou**, ambulante. [fev. 2016]. Entrevistador: Ramiro Januário dos Santos Neto. Brasília, 2016. Arquivo AB. (08min39).
- ABDOULAYE. Entrevista concedida por **Abdoulaye**, funcionário em empresa. [fev. 2016]. Entrevistador: Ramiro Januário dos Santos Neto. Brasília, 2016. Arquivo A. (39min23).
- AFRICA GUIDE. **Senegal Guide**. Disponível em: <<https://www.africaguide.com/country/senegal/>>. Acesso em: 5 ago. 2016.
- AFRIK.COM. **Tout savoir sur la lutte sénégalaise**, 30 mai. 2005. Disponível em: <<http://www.afrik.com/article8454.html>>. Acesso em 22 ago. 2016.
- AGENCE NATIONALE DE LA STATISTIQUE ET DE LA DÉMOGRAPHIE. **Recensement général de la population et de l'habitat, de l'agriculture et de l'élevage (RGPHAE) 2013**, ago. 2013. Disponível em: <http://www.ansd.sn/ressources/publications/Rapport%20analyse_ATLAS-RGPHAE_13_Mars_2017_VF_last.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2017.
- ALMEIDA, Érica Reis. O Pan-Africanismo e a formação da OUA. **Revista geo-paisagem (on line)**, Rio de Janeiro, n. 12, jul.-dez. 2007. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/África.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2017.
- ALTHUSSER, Louis. Advertência aos leitores do Livro I d'O Capital. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 39-58.
- _____. **Écrits philosophiques et politiques**. Paris: Stock/Imec, 1994.
- _____. **Posições I**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- ANÍBAL, Bruno. **Crimes contra a pessoa**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

AWA. **Entrevista concedida por Awa, costureira.** [fev. 2016]. Entrevistador: Ramiro Januário dos Santos Neto. Brasília, 2016. Arquivo AW. (35min39).

BANCO MUNDIAL. **Migration and remittances data.** 2015. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/topic/migrationremittancesdiasporaissues/brief/migration-remittances-data>>. Acesso em 22 ago. 2016.

BAZZO, Gabriela. Senegaleses: esta é a nova cara da imigração no Brasil. **The Huffington Post**, São Paulo, 6 jun. 2015. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2015/06/05/refugiados-senegal-brasil_n_7488252.html>. Acesso em 03 mar. 2017.

BIG BLUE 1840-1940. **Ivory Coast (Côte d'Ivoire).** 2013. Disponível em: <<http://bigblue1840-1940.blogspot.com.br/2013/03/ClassicIvoryCoastStamps.html>>. Acesso em: 5 ago. 2016.

BONASSI, Margherita. **Canta, América sem fronteiras:** imigrantes latino-americanos no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

BRASIL. **Constituição (1988).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. **Decreto nº 591**, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em: 30 abr. 2017.

_____. **Decreto nº 2.771**, de 8 de setembro de 1998. Regulamenta a Lei no 9.675, de 29 de junho de 1998, que dispõe sobre o registro provisório para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2771.htm>. Acesso em 30 abr. 2017.

_____. **Decreto nº 6.893**, de 2 de julho de 2009. Regulamenta a Lei no 11.961, de 2 de julho de 2009, que dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6893.htm>. Acesso em 30 abr. 2017.

_____. **Decreto nº 65.810**, de 8 de dezembro de 1969. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=94836>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

_____. **Decreto nº 86.715**, de 10 de dezembro de 1981. Regulamenta a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d86715.htm>. Acesso em: 30 abr. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 2.848**, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. **Lei nº 6.815**, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. **Lei nº 6.964**, de 9 de dezembro de 1981. Altera disposições da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que "define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências". Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6964.htm>. Acesso em: 30 abr. 2017.

_____. **Lei nº 7.180**, de 20 de dezembro de 1983. Dispõe sobre a concessão da permanência no Brasil aos estrangeiros registrados provisoriamente. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7180.htm>. Acesso em: 30 abr. 2017.

_____. **Lei nº 7.685**, de 2 de dezembro de 1988. Dispõe sobre o registro provisório para o estrangeiro em situação ilegal em território nacional. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7685.htm>. Acesso em 30 abr. 2017.

_____. **Lei nº 7.716**, de 05 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. **Lei nº 9.675**, de 29 de junho de 1998. Amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9675.htm>. Acesso em 30 abr. 2017.

_____. **Lei nº 11.961**, de 2 de julho de 2009. Dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11961.htm>. Acesso em 30 abr. 2017.

_____. **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14

de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. **Lei Complementar nº 128**, de 19 de dezembro de 2008. Altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp128.htm>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. **Resolução Normativa CONARE nº 18**, de 13 de maio de 2014. Estabelece os procedimentos aplicáveis ao pedido e tramitação da solicitação de refúgio e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes/refugio/anexos/resolucao-18-dou-pdf.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

_____. **Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.516-B de 2015 do Senado Federal** (PLS nº 288/2013 na casa de origem). Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.516-A de 2015 do Senado Federal (PLS Nº 288/2013 na Casa de origem), que institui a Lei de Migração. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1516507&filename=REDACAO+FINAL+-+PL+2516/2015>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Portaria nº 457**, de 02 de agosto de 2010. Dispõe sobre a aprovação do Manual do Serviço Consular e Jurídico (MSCJ), a criação da Comissão Permanente de Revisão do MSCJ e a criação do Curso de Especialização em Assuntos Consulares. Disponível em: <<https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/pt-br/file/CAD/LXV%20CAD/Bibliografia/Assuntos%20Migrat%C3%B3rios%20e%20Tramita%C3%A7%C3%A3o%20de%20Atos%20Internacionais/Assuntos%20Migrat%C3%B3rios/Vistos%20-%20MSCJ%20-%20Capitulo%2012.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Habeas-corpus nº 82.424**, da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Brasília, DF, 17 de setembro de 2003. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79052>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. Ministério da Justiça. Comitê Nacional para os Refugiados. **Resolução Normativa nº 18**, de 30 de abril de 2014. Estabelece os procedimentos aplicáveis ao pedido e tramitação da solicitação de refúgio e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes/refugio/anexos/resolucao-18-dou-pdf.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Imigração.

Resolução Normativa nº 27, de 25 de novembro de 1998. Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=1-162-36-1998-11-25-27>>. Acesso em 12 mar. 2017.

CAPITALISMO AMBULANTE. **Não é tudo a mesma coisa**. Disponível em: <<https://mnm162dg2.wordpress.com/2016/06/01/nao-e-tudo-a-mesma-coisa/>>. Acesso em 20 jan. 2017.

CARTA CAPITAL. **Seis imigrantes haitianos são baleados em São Paulo**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/seis-imigrantes-haitianos-sao-baleados-em-sao-paulo-9027.html>>. Acesso em: 18 fev 2017.

CARVALHO, Camila Magalhães. **Por uma perspectiva crítica de direitos humanos: o caso das cotas para a população negra no acesso ao ensino superior público**. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2011. Dissertação de mestrado.

CASTRO, Beatriz. Senegaleses chegam ao Brasil em busca de refúgio no país. **G1**, Rio de Janeiro, 09 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/10/senegaleses-chegam-ao-brasil-em-busca-de-refugio-no-pais.html>>. Acesso em 16 abr. 2017.

CAVALCANTI, Leonardo. A empregabilidade dos imigrantes no mercado de trabalho. In: CAVALCANTI, Leonardo et al (org.). **Relatório anual 2015: a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. 2015. cap. 6, p. 77-102. Disponível em: <<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorio-anual>>. Acesso em 03 mar. 2017.

_____. Os imigrantes haitianos: perfil e características da principal nacionalidade no mercado de trabalho brasileiro. In: CAVALCANTI, Leonardo et al (org.). **Relatório anual 2015: a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. 2015. cap. 7, p. 103-122. Disponível em: <<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorio-anual>>. Acesso em 03 mar. 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: Senegal, 2008. Disponível em:

<<http://archive.wikiwix.com/cache/?url=https%3A%2F%2Fwww.cia.gov%2Flibrary%2Fpublications%2Fthe-world-factbook%2Fgeos%2Fsg.html>>. Acesso em 02 mar. 2017.

CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS. **Cartilha projeto Trabalho Informal e Direito à Cidade**. Disponível em:

<<http://gaspargarcia.org.br/documento/cartilha-projeto-trabalho-informal-e-direito-a-cidade-2012/>>. Acesso em 20 jan. 2017.

_____. **Trabalho informal e direito à cidade**: dossiê de violações de direitos de trabalhadores ambulantes e domiciliares imigrantes. 2012. Disponível em:<http://www.wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/Itikawa_Trabalho_Informal_Direito_2012.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2017.

COMITÊ PARA A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **General Recommendation III concerning reporting by States parties**.

Disponível

em:<http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=6&DocTypeID=11>. Acesso em: 29 abr. 2017.

CONVENÇÃO Americana sobre Direitos Humanos = AMERICAN Convention on Human Rights. 22 nov. 1969. Disponível

em:<<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

COROMINAS, Joan. **Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana**. Madri: Gredos, 1954.

COSTA e SILVA, Alberto da. **Um rio chamado Atlântico**: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2003.

DECLARAÇÃO e Programa de Ação de Durban = DURBAN Declaration and Program of Action. 08 set. 2001. Disponível

em:<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2017.

DECLARAÇÃO e Programa de Ação de Viena = VIENA Declaration and Program of Action. 25 jun. 1993. Disponível

em:<<https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%2>>

0Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%20201993.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017.

DIALLO, Mamadou Alpha. **A construção do Estado no Senegal e integração na África ocidental**: os problemas da Gâmbia, de Casamance e da integração regional. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Dissertação de mestrado.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 25-40, 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/2137/2707>>. Acesso em 16 abr. 2017.

DURÃO. Gustavo de Andrade. A atualidade da *négritude*. **Revista Cult**, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2015/11/a-atualidade-%E2%80%A8da-negritude/>>. Acesso em 22 ago. 2016.

FATOU. Entrevista concedida por **Fatou**, estilista. [fev. 2016]. Entrevistador: Ramiro Januário dos Santos Neto. Brasília, 2016. Arquivo AW. (20min59).

FAGE, J.; OLIVER, R. **The Cambridge history of Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

G1. **Ofensas racistas a senegaleses causam revolta no Centro de Londrina**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/09/ofensas-racistas-senegaleses-causam-revolta-no-centro-de-londrina.html>>. Acesso em: 18 fev 2017.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-nação e a violência**: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: USP, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Ed. 6. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, Rodrigo. Doria declara guerra a camelôs e pichadores. Pessoas em situação de rua têm futuro incerto. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 29 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/12/doria-declara-guerra-a-camelos-e->

pichadores-e-e-evasivo-sobre-pessoas-em-situacao-de-rua-9770.html/>. Acesso em: 20 fev. 2017.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2008.

INSTITUTO LULA. **Associação de Senegaleses no Brasil visita o Instituto Lula**. 28 jul. 2014. Disponível em:<<http://www.institutolula.org/associacao-de-senegaleses-no-brasil-visita-o-instituto-lula>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

LAFER, Celso. **A internacionalização dos direitos humanos**: constituição, racismo e relações internacionais. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.

LAMINE. Entrevista concedida por **Lamine**, corretor. [fev. 2016]. Entrevistador: Ramiro Januário dos Santos Neto. Brasília, 2016. Arquivo L. (14min35).

LEYVA, Pedro Acosta; WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. Imigrantes senegaleses e direitos humanos: dimensões materiais e concepções acerca da integração no Brasil. **Comparazione e diritto civile**, Salemo, mar. 2015. Disponível em:<http://www.comparazionedirittocivile.it/prova/files/leyva_imigrantes.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2017.

LIMA, C. F.; REZENDE, F.; FERNADES, D. Imigrantes africanos no Brasil, origem e destino: notas preliminares. In: VII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN E XX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2016, Foz do Iguaçu. **Anais...** Disponível em:<<http://187.45.187.130/~abeporgb/xxencontro/files/paper/306-461.pdf>>. Acesso em 18 mar. 2017.

LINNÆI, Caroli. **Systema naturæ**. Editio decima. Holmiæ, 1758. Disponível em: <<http://www.biodiversitylibrary.org/item/10277#page/7/mode/1up>>. Acesso em 05 jan. 2017.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Confluência, 1959, v.2.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MESZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **Refugiados e CONARE**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/153-refugiados-e-o-conare>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

MOOJEN, Vanessa Perini. Entrevista concedida por **Vanessa Perini Moojen**, assistente social. [jul. 2016]. Entrevistador: Ramiro Januário dos Santos Neto. Brasília, 2016. Arquivo VP. (31min53).

MOUHAMADOU. Entrevista concedida por **Mouhamadou**, empresário. [fev. 2016]. Entrevistador: Ramiro Januário dos Santos Neto. Brasília, 2016. Arquivo M. (20min59).

MOUSSA. Entrevista concedida por **Moussa**, ambulante. [fev. 2016]. Entrevistador: Ramiro Januário dos Santos Neto. Brasília, 2016. Arquivo MO. (21min24).

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. 05 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em 04 jan. 2017.

_____. Teorias sobre o racismo. In: MUNANGA, Kabengele. **Estudos e pesquisas**. Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.

OLIVEIRA, Susan Elisabeth Martins Cesar de. **Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional**: estratégias de inserção de Brasil e Canadá. Brasília: FUNAG, 2015.

OBMIGRA. **Observatório das migrações internacionais**. Disponível em:<<http://obmigra.mte.gov.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

ONU BRASIL. **Número de deslocados forçados ultrapassa 50 milhões pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial.** 20 jun. 2014. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/numero-de-deslocados-forcados-ultrapassa-50-milhoes-pela-primeira-vez-desde-a-segunda-guerra-mundial/>>. Acesso em 16 jun. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Direito Internacional da Migração:** Glossário sobre Migrações. Genebra: Organização Internacional para as Migrações, 2010. Disponível em: <<http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Country profile:** Senegal, 2016a. Disponível em: <<http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=senegal>>. Acesso em 22 ago. 2016.

_____. **General Recommendation no. 3 concerning reporting by States Parties,** 25 ago. 1972. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=6&DocTypeID=11>. Acesso em 23 dez. 2016.

_____. **International migration report 2013,** 2013a. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/migration/migrationreport2013/Full_Document_final.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2017.

_____. **International migration report 2015: highlights,** 2016b. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015_Highlights.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2017.

_____. **UNHCR global trends 2013,** 2013b. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/5399a14f9.html>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **UNHCR global trends forced displacement in 2015,** 2016c. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/576408cd7/unhcr-global-trends-2015.html>>. Acesso em: 03 abr 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Country profiles:** Senegal. Disponível em: <<http://www.uis.unesco.org/DataCentre/Pages/country-profile.aspx?code=SEN>>. Acesso em 22 ago. 2016.

_____. **Xenophobia**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/international-migration/glossary/xenophobia/>>. Acesso em 14 fev. 2017.

OUMAR. Entrevista concedida por **Oumar**, ambulante. [fev. 2016]. Entrevistador: Ramiro Januário dos Santos Neto. Brasília, 2016. Arquivo O. (15min03).

OUSMANE. Entrevista concedida por **Ousmane**, profissão não informada. [fev. 2016]. Entrevistador: Ramiro Januário dos Santos Neto. Brasília, 2016. Arquivo OU. (12min00).

PACHUKANIS, E. B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

PALHARES, Isabel. Senegaleses formam nova onda de imigrantes no Brasil. **Exame.com**, São Paulo, 8 jul. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/senegaleses-formam-nova-onda-de-imigrantes-no-brasil/>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

PESSOA, Denise. Entrevista concedida por **Denise Pessoa**, vereadora pelo Partido dos Trabalhadores de Caxias do Sul-RS. [jul. 2016]. Entrevistador: Ramiro Januário dos Santos Neto. Brasília, 2016. Arquivo DP. (50min04).

PIONEIRO. **'Me chamaram de negro vagabundo', diz senegalês vítima de agressão em Caxias**. 14 mar. 2014a. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2014/03/me-chamaram-de-negro-vagabundo-diz-senegales-vitima-de-agressao-em-caxias-4446317.html>>. Acesso em: 19 mar. 2017

_____. **Senegalês, doméstica e criança sofrem ataques físicos e verbais em Caxias do Sul**. 14 mar. 2014b. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2014/03/senegales-domestica-e-crianca-sofrem-ataques-fisicos-e-verbais-em-caxias-do-sul-4446314.html>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

_____. **Senegaleses que vivem em Caxias do Sul poderão receber visto permanente**. 12 mar. 2013. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/politica/noticia/2013/12/senegaleses-que-vivem-em-caxias-do-sul-poderao-receber-visto-permanente-4361844.html>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

PODER ONLINE. **Caó: "a Justiça tem que condenar Bolsonaro para ver que lei é pra valer"**. 3 abr. 2011. Disponível em: <<http://colunistas.ig.com.br/poderonline/tag/carlos-alberto-cao-de-oliveira/>>. Acesso em 13 fev. 2017.

PORTAL DO EMPREENDEDOR - MEI. **O que é?** Definição de Microempreendedor Individual - MEI. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>. Acesso em 20 jan. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Human Development Reports: Senegal, 2015a.** Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/SEN>>. Acesso em 22 ago. 2016.

_____. **Income inequality, Gini coefficient, 2015b.** Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/indicators/67106>>. Acesso em 22 ago. 2016.

_____. **Multidimensional Poverty Index (MPI), 2015c.** Disponível em <<http://hdr.undp.org/en/content/multidimensional-poverty-index-mpi>>. Acesso em 22 ago. 2016.

SANTINI, Daniel. Em SP, tentativas de aliciamento acontecem até na porta de centro de acolhida. **Repórter Brasil**, São Paulo, 15 dez. 2014. Disponível em:<<http://imigrantes.webflow.io/#my-story>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

SÃO PAULO (cidade). **Decreto Municipal nº 42.600**, de 11 de novembro de 2002. Regulamenta a Lei nº 11.039, de 23 de agosto de 1991, que disciplina o exercício do comércio e a prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo, de acordo com o disposto na Lei n.º 13.399, de 1 de agosto de 2002, que dispôs sobre a criação das Subprefeituras. Disponível em:<http://urbanlex.unhabitat.org/sites/default/files/decreto_42600.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017.

_____. **Decreto Municipal nº 57.533**, de 15 de dezembro de 2016. Regulamenta a Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante. Disponível em:<<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/decretos/D57533.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

_____. **Lei nº 16.478**, de 8 de julho de 2016. Institui a Política Municipal para a População Imigrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=09072016L%20164780000>. Acesso em: 30 abr. 2017.

_____. **Lei nº 11.039**, de 23 de agosto de 1991. Disciplina o exercício do comércio ou prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L11039.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. **Lei nº 13.866**, de 1º de julho de 2004. Fixa as atribuições da Guarda Civil Metropolitana, cria Superintendência e cargos de provimento em comissão a ela vinculados e dispõe sobre a fiscalização do comércio ambulante. Disponível em: <<http://www.radarmunicipal.com.br/legislacao/lei-13866>>. Acesso em 30 abr. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Ação Civil Pública nº 0021030-15.2012.8.26.0053**. Autores: Defensoria Pública do Estado de São Paulo e Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Ré: Fazenda Pública do Município de São Paulo. São Paulo, 27 mai. 2012. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=1H00041Y30000&processo.foro=53&uuidCaptcha=sajcaptcha_d726ef941145488fb9dc34ace0819359>. Acesso em: 30 abr. 2017.

SAYAD, Abdelmalek. **L'immigration, ou, Les paradoxes de l'altérité**. Paris: Raisons d'agir, 2006. v. 1.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial**. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/ouvidoria>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

SENEGAL ONLINE. **Villes et villages du Sénégal**. Disponível em: <http://www.senegal-online.com/tourisme_au_senegal/villes-et-villages-du-senegal/>. Acesso em 22 ago. 2016.

SKEET, Walter W. **An etymological dictionary of the English language**. Oxford: Clarendon Press, 1978.

STRIDE, G.; IFEKA, C. **Peoples and empires of West Africa: West Africa in history 1000 – 1800**. Nashville: Thomas Nelson & Sons, 1971.

JONES, Jim. **Commentary on The Conquest of the Western Sudan by A. S. Kanya-Forstner**, 2002. Disponível em:

<<http://courses.wcupa.edu/jones/his311/archives/sec/kanya3.htm#page279>>. Acesso em 22 ago 2016.

MEISLER, Stanley. Seduction still works: French – a language in decline. **Los Angeles Times**, Los Angeles, 1 mar. 1986. Disponível em: <http://articles.latimes.com/1986-03-01/news/mn-13048_1_french-language>. Acesso em 22 ago. 2016.

THILMANS, G.; DESCAMPS, C.; KHAYAT, B. **Protohistoire du Sénégal : recherches archéologiques**. Tome 1 : les sites mégalithiques. Dakar: IFAN, 1980.

TONHATI, Tânia. Autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIG). In: CAVALCANTI, Leonardo et al (org.). **Relatório anual 2015: a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. 2015. cap. 3, p. 35-44. Disponível em: <<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorio-anual>>. Acesso em 03 mar. 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de perguntas utilizado nas entrevistas feitas com imigrantes senegaleses, em fevereiro de 2016

APÊNDICE B – Tabela 1 – dados dos imigrantes senegaleses entrevistados (entrevistas feitas em fevereiro de 2016)

APÊNDICE C – Figura 1 – Fundamentação dos crimes de racismo objetos de Boletins de Ocorrência, no Estado de São Paulo, entre 2012 e 2016

APÊNDICE D – Tabela 2 – Números de Boletins de Ocorrência feitos por imigrantes com base na Lei 7.716/1989, no Estado de São Paulo, entre 2012 e 2016

APÊNDICE E – Figura 2 – Artigos da Lei 7.716/1989 que embasaram os Boletins de Ocorrência feitos por imigrantes no Estado de São Paulo, entre 2012 e 2016.

APÊNDICE F – Figura 3 – Fundamentação dos crimes de racismo objetos de Boletins de Ocorrência feitos por imigrantes, no Estado de São Paulo, entre 2012 e 2016

APÊNDICE G – Tabela 3 – Número de Boletins de Ocorrência feitos por imigrantes com base no art. 140, § 3º, do Código Penal, no Estado de São Paulo, entre 2011 e 2016

APÊNDICE A – Roteiro de perguntas utilizado nas entrevistas feitas com imigrantes senegaleses, em fevereiro de 2016.

- 1 – Qual o seu nome, sobrenome e idade? (*Quel est votre prénom, nom et âge?*)
- 2 – De que lugar você vem do Senegal? (*Dans quelle place vous êtes venus du Sénégal?*)
- 3 – Você poderia me contar algo que considere importante sobre o seu país? (*Pouvez-vous me dire quelque chose que vous jugez important sur votre pays ?*)
- 4 – Para você, quem são os senegaleses? (*Pour vous, qui sont les Sénégalais?*)
- 5 – Por que escolheu imigrar para o Brasil? (*Pourquoi avez-vous choisi d’immigrer au Brésil ?*)
- 6 – No Brasil, você já sofreu algum tipo de discriminação? (*Au Brésil, avez-vous déjà subi quelque sorte de discrimination ?*)
- 7 – No Brasil, você já sofreu preconceito pela cor da sua pele? (*Au Brésil, avez-vous déjà été préjugé en raison de la couleur de votre peau?*)
- 8 – O que você pensa sobre a discriminação racial contra a população negra no Brasil? Seja ela brasileira ou estrangeira. (*Que pensez-vous de la discrimination raciale contre la population noire au Brésil ? Soit elle brésilienne ou étrangère.*)
- 9 - Sua origem nacional, ser senegalês, influencia suas relações cotidianas? (*Votre origine nationale, être sénégalais(e), influence votre relations quotidiennes ?*)
- 10 - Você exerce alguma atividade profissional? (*Exercez-vous une activité professionnelle?*)
- 11 - Qual foi a maior dificuldade enfrentada em seu primeiro ano (mês/ semana) no Brasil? [*Quelle a été la plus grande difficulté qui avez- vous faites face au cours de votre première année (mois, semaine) au Brésil?*]
- 12 – Qual a sua situação migratória? Você é imigrante documentado, indocumentado, refugiado? (*Quel est votre situation migratoire? Êtes-vous un immigrant régulier, sans papiers ou réfugié ?*)
- 13- Você teria alguma sugestão para melhorar e fazer respeitar os direitos dos imigrantes senegaleses? (*Avez-vous une suggestion pour renforcer le respect aux droits des immigrants Sénégalais au Brésil ?*)

**APÊNDICE B – Tabela 1 – dados dos imigrantes senegaleses entrevistados
(entrevistas feitas em fevereiro de 2016)**

Nome (fictício)	Idade	Cidade de origem	Há quanto tempo está no Brasil.	Profissão	Situação migratória
Awa	42 anos	Dacar	Quase 2 anos	Costureira	Possui Protocolo de Refúgio ²⁵ .
Ibrahima	35 anos	Diourbel	3 anos	Costureiro/ estilista	Possui Protocolo de Refúgio.
Lamine	35 anos	Diourbel	3 anos	Corretor	---
Ousmane	40 anos	Mbour Saly	---	---	Possui Protocolo de Refúgio.
Fatou	56 anos	Dacar	9 anos	Estilista	Possui Visto Permanente em decorrência de anistia concedida pela Lei 11.961/2009.
Abdoulaye	31 anos	Touba	1 ano e 11 meses	Ajudante em fábrica de prancha de surf.	Possui Protocolo de Refúgio.
Mouhamadou	27 anos	Dacar	5 anos	Empresário (Empresa de Prestação de serviços em engenharia elétrica)	Possui Visto Permanente. Está pleiteando naturalização, nos termos do Lei 6815/1980.
Oumar	28 anos	Louga	7 meses	Ambulante	Possui Protocolo de Refúgio
Moussa	32 anos	Dacar	2 anos	Ambulante	Possui Protocolo de Refúgio.
Abdou	37 anos	Dacar	2 anos	Ambulante	Possui Protocolo de Refúgio.

²⁵ O Protocolo de Refúgio é concedido pelo DPF, de acordo com o que dispõe o art. 2º da Resolução Normativa CONARE nº 18, de 30 de abril de 2014. A posse desse Protocolo é "prova suficiente da condição de solicitante de refúgio e servirá como identificação do seu titular, conferindo-lhe os direitos assegurados" no ordenamento jurídico brasileiro e nas convenções internacionais atinentes ao tema do refúgio, até o trânsito em julgado do procedimento administrativo de refúgio.

APÊNDICE C – Figura 1 – Fundamentação dos crimes de racismo objetos de Boletins de Ocorrência, no Estado de São Paulo, entre 2012 e 2016

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

APÊNDICE D – Tabela 2 – Números de Boletins de Ocorrência feitos por imigrantes com base na Lei 7.716/1989, no Estado de São Paulo, entre 2012 e 2016.

Nacionalidade da vítima	Quantidade	Porcentagem
Angolana	1	5,55%
Boliviana	6	33,33%
Colombiana	1	5,55%
Chinesa	1	5,55%
Haitiana	1	5,55%
Hindu	1	5,55%
Inglesa	1	5,55%
Peruana	3	16,66%
Portuguesa	1	5,55%
República Democrática do Congo	1	5,55%
Senegal	3	16,66%
Uruguai	1	5,55%
TOTAL	18	100%

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

APÊNDICE E – Figura 2 – Artigos da Lei 7.716/1989 que embasaram os Boletins de Ocorrência feitos por imigrantes no Estado de São Paulo, entre 2012 e 2016.

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

APÊNDICE F – Figura 3 – Fundamentação dos crimes de racismo objetos de Boletins de Ocorrência feitos por imigrantes, no Estado de São Paulo, entre 2012 e 2016

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

APÊNDICE G – Tabela 3 – Número de Boletins de Ocorrência feitos por imigrantes com base no art. 140, § 3º, do Código Penal, no Estado de São Paulo, entre 2011 e 2016

País de nacionalidade da vítima	Quantidade	Porcentagem
Angolana	10	8,13%
Argentina	9	7,31%
Boliviana	17	13,82%
Burundinesa	1	0,81%
Camaronesa	1	0,81%
Chilena	3	2,43%
Chinesa	2	1,62%
Congolesa	6	4,87%
Colombiana	1	0,81%
Dominicana	1	0,81%
Espanhola	1	0,81%
Francesa	1	0,81%
Guineana	4	3,25%
Guineense	3	2,43%
Haitiana	11	8,94%
Hindu	1	0,81%
Indiana	1	0,81%
Inglesa	1	0,81%
Israelense	2	1,62%
Italiana	2	1,62%
Japonesa	1	0,81%
Libanesa	2	1,62%
Liberiana	1	0,81%
Malês	1	0,81%
Moçambicana	1	0,81%
Marroquina	1	0,81%
Nigeriana	5	4,06%
Norte Americana	4	3,25%
Paraguaia	2	1,62%
Peruana	6	4,87%
Portuguesa	7	5,69%
República Democrática do Congo	1	0,81%
Russa	2	1,62%
Senegalesa	2	1,62%
Síria	2	1,62%
Sul coreana	4	3,25%
Trinidad e Tobago	1	0,81%
Venezuelana	1	0,81%
Uruguai	1	0,81%
TOTAL	123	100%

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

ANEXOS

ANEXO A – Tabela 1 – Número de autorizações de trabalho concedidas, segundo principais países de nascimento, Brasil 2011-2014

ANEXO A – Tabela 1 – Número de autorizações de trabalho concedidas, segundo principais países de nascimento, Brasil 2011-2014

Países	2011	2012	2013	2014
República do Haiti	708	4.825	2.069	1.890
Bangladesh	---	1	46	1.188
Senegal	1	---	88	320
França	120	159	223	78
Portugal	52	75	108	77
Paquistão	---	---	20	77
Itália	57	66	86	65
Espanha	55	67	75	44
EUA	60	70	60	36
Reino Unido	42	50	60	24
Colômbia	15	25	19	22
Argentina	3	1	18	18
Alemanha	21	28	32	17
México	14	14	47	16
Holanda	12	16	16	10
Canadá	81	82	62	7
Austrália	18	18	14	6
Venezuela	5	13	18	5
Rússia	20	20	15	2
Outros	166	236	221	566
Total	1.450	5.766	3.297	4.468

Fonte: Tonhati (2015, p. 40).